

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KALAYÇIO LU, Ersin. "Elections and Party Preferences in Turkey: Changes and Continuities in the 1990s", in: *Comparative Political Studies* (27), pp. 79-87, 1994.

## LEITURAS ADICIONAIS

ÇARKO LU, Ali / ERDEM, Tarhan / KABASAKAL, Mehmet / GENÇKAYA, Ömer Faruk (eds.) *Siyasi Partilerde Reform [Reform in Political Parties]*, Istanbul: TESEV, 2000.

HAZAMA, Yasushi. *Electoral Volatility in Turkey. Cleavages vs. Economy*, Tokyo: IDE-JETRO, 2007.

RUBIN, Barry / HEPER, Metin (eds.) *Political Parties in Turkey*, London: Frank Cass. Major obstacles The KAS Democracy Report 2007 352, 2002.

KALAYÇIO LU, Ersin / ÇARKO LU, Ali. *Turkish Democracy Today: Elections, Protest and Stability in an Islamic Society*, London: I. B. Tauris, 2007.

SAYAR, Sabri / ESMER, Yılmaz (eds.). *Politics, Parties, and Elections in Turkey*, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

ÖZBUDUN, Ergun. *Contemporary Turkish Politics*, Boulder / London: Lynne Rienner Publishers, 2000.

1. ÖMER FARUK GENÇKAYA: professor associado da Bilkent University, Ankara.

## Estrutura organizacional partidária na República Checa: consolidação democrática<sup>1</sup>

BŘETISLAV DANČÁK, VÍT HLOUŠEK

### I. CONDIÇÕES GERAIS

#### *Sistema político*

A República Checa foi estabelecida como Estado independente no dia 1 de janeiro de 1993, após a desintegração da República Federativa Tcheca e Eslovaca. A transição da República Checa para a democracia começou em novembro de 1989, com a queda do regime comunista.

A constituição adotada em 1992 estabelece que o sistema político da República Checa é uma democracia parlamentar. O Parlamento Bicameral da República Checa é formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado e tem legitimidade direta. A Câmara dos Deputados possui 200 membros e o Senado tem 81 senadores. A posição do parlamento é realmente essencial para as relações mútuas entre os órgãos centrais. O modelo é um bicameralismo assimétrico, já que os poderes da Câmara dos Deputados são decisivos em comparação com os do Senado tanto no processo legislativo quanto no controle do executivo (o governo).

1. Este artigo foi ampliado a partir do arcabouço do projeto de pesquisa "Atores Políticos na República Checa no processo de europeização e internacionalização do espaço político", Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da República Checa (código No. 1J 002/04-DP1).

O parlamento elege um presidente em uma sessão conjunta das duas câmaras. Embora o presidente tenha poder para nomear e demitir o primeiro-ministro e os ministros em geral, por exemplo, e também exerça um poder limitado de veto sobre leis aprovadas pelo Parlamento, sua posição formal é relativamente fraca. O veto do presidente pode ser anulado por uma maioria simples de todos os membros do Parlamento e o governo depende da confiança da Câmara dos Deputados. O poder executivo é exercido pelo governo.

Os partidos políticos têm uma posição muito forte dentro do sistema político checo, sua formação e suas atividades são definidas pela constituição e por leis específicas. Na tipologia de Sartori, o sistema político checo é classificado como um parlamentarismo controlado por partidos, em que o Parlamento é investido do direito de controlar o executivo, e o sistema político é baseado na competição entre partidos políticos internamente disciplinados e estáveis.<sup>2</sup>

#### *Sistema eleitoral*

A Câmara dos Deputados é eleita por representação proporcional para um mandato de quatro anos. No período entre 1992 e 1998, a cláusula de barreira era de 5% para partidos concorrendo individualmente, 7% para coalizões de dois partidos e 11% para coalizões de quatro ou mais partidos. As vagas foram disputadas em duas votações, a primeira delas em oito distritos eleitorais relativamente grandes, a segunda em âmbito nacional (fórmula Hagenbach-Bischoff).

De 1998 a 2001, o ODS e o ČSSD prepararam um conjunto de reformas eleitorais que pretendiam aumentar a desproporcionalidade dos resultados eleitorais através de um sistema de 35 distritos eleitorais com um número pequeno de cadeiras, usando uma fórmula eleitoral d'Hondt modificada, o que teria favorecido os partidos maiores. Essa reforma, no entanto, foi proclamada inconstitucional pela Corte Constitucional em 2001. As eleições em 2002 e 2006 foram realizadas sob uma nova lei eleitoral que estabeleceu 14 distritos eleitorais (idênticos às fronteiras das regiões, com variações de tama-

2. O artigo 5 da constituição afirma que 'o sistema político se baseia na fundação livre e voluntária de partidos políticos e na competição entre eles, respeitando-se os princípios democráticos básicos e rejeitando a violência como um meio de promoção de seus interesses.'

nho entre 5 e 25 cadeiras), usando a fórmula d'Hondt e, portanto, com uma única votação. Atualmente, a cláusula de barreira é de 5% para um partido, 10% para uma coalizão de dois partidos, 15% para três partidos e 20% para quatro ou mais partidos.

Especialmente nos anos 1990, a cláusula de barreira elevada reduziu significativamente o número de partidos representados no Parlamento, o que levou a uma alta proporção de votantes não representados. Porém, em função da rápida consolidação e estabilização do sistema político checo, o impacto do sistema eleitoral não deve ser superestimado.

#### *Regulamentação legal dos partidos políticos*

As atividades dos partidos políticos são guiadas pela lei nº 424/1991, que aborda a associação dentro dos partidos políticos e dos movimentos políticos, e sua última emenda data de 2006. Os partidos e movimentos precisam se registrar no Ministério do Interior acrescentando o nome do partido ou movimento ao registro de partidos e movimentos<sup>3</sup>, mas os partidos são mantidos totalmente separados do Estado. Só cidadãos da República Checa maiores de 18 anos podem se tornar membros de partidos políticos. Além disso, também podem ser membros de apenas um partido ou movimento. As propostas de registro de partidos políticos e movimentos devem ser submetidas por um comitê preparatório de pelo menos três membros. A proposta deve ser acompanhada por uma petição assinada por pelo menos mil cidadãos que solicitam a fundação do partido ou movimento. O nome do partido e sua abreviação devem ser significativamente diferentes dos nomes dos partidos e movimentos já ativos na República Checa, para evitar qualquer confusão.

3. A lei afirma que 'partido e movimentos não podem se estabelecer ou envolver-se em atividades se violarem a Constituição e as leis, ou se seu objetivo for a destruição dos alicerces democráticos do Estado, se seus estatutos forem antidemocráticos ou se seus organismos componentes forem constituídos de modo antidemocrático; se seu objetivo for tomar o poder impedindo outros partidos e movimentos de chegarem ao poder por meios constitucionais, se quiserem lutar para reprimir a igualdade dos cidadãos diante da lei, ou se seu programa ou suas atividades ameaçarem a moralidade, a ordem pública ou os direitos e deveres dos cidadãos. Nesses casos, a Corte Suprema Administrativa banirá as atividades desse partido ou movimento.' A proibição das atividades do partido ou a dissolução deste, em função dos motivos mencionados, só podem acontecer através de uma decisão judicial.

### Fundação do partido

Partidos e movimentos não podem se envolver em negócios usando seu próprio nome, mas podem fundar companhias e cooperativas, cujas atividades estão limitadas àquelas previstas em lei (edição, por exemplo). Os partidos podem receber renda do orçamento do Estado da República Checa para ser usada com gastos de campanha ou com as atividades do partido ou movimento; mensalidades dos filiados; doações e legado; aluguel de propriedades imóveis ou móveis; juros sobre aplicações; e o lucro de atividades comerciais de outras pessoas jurídicas criadas pelo partido. Partidos e movimentos devem apresentar um informe financeiro anual à Câmara dos Deputados até o dia 1º de abril de cada ano. Na prática, os partidos são financiados principalmente pelo subsídio do Estado.

Os subsídios para atividades incluem uma quantia fixa anual e um bônus relativo às cadeiras conquistadas. Partidos e movimentos têm direito ao subsídio básico se receberam pelo menos 3% dos votos nas eleições para a Câmara dos Deputados. O subsídio por cadeira é concedido se pelo menos um integrante do partido tiver sido eleito representante, senador, membro da Assembléia Regional ou membro da Câmara de Vereadores da capital Praga. O subsídio base é seis milhões de coroas checas para partidos e movimentos que receberam 3% dos votos nas eleições anteriores para a Câmara dos Deputados. Para cada 0,1% de votos ou fração de 0,1 adicional, o partido ou movimento recebe 200.000 coroas checas por ano, sendo o limite máximo o de 5% dos votos. O subsídio por mandato de deputado ou senador é de 900.000 coroas checas (CZK) ao ano para membros das Assembléias Regionais ou da Câmara de Vereadores. O subsídio para o mandato de deputado ou senador é 900.000 coroas por ano e CZK 250.000 para membros de assembleias legislativas ou da Câmara de Vereadores de Praga. Partidos que receberam 1,5% (ou mais) dos votos para a Câmara dos Deputados têm direito a uma compensação por gastos de campanha (CZK 100 por cada voto dado ao partido).

## II. TIPOS DE PARTIDOS POLÍTICOS E ESTRUTURA DO SISTEMA POLÍTICO

**D**urante os séculos XIX e XX, o sistema partidário checo passou por uma história complicada, com muitas fases descontínuas. Por essa razão, definir seus períodos de desenvolvimento é um exercício discuti-

vel.<sup>4</sup> A primeira fase do desenvolvimento do sistema partidário checo viu a formação gradual de um movimento político começar no final do século XIX até chegar à forma final de sistema de partidos durante a Primeira República. A segunda fase durou de 1938/1939 até a tentativa Comunista de fevereiro de 1948. O período foi marcado pela limitação de uma ausência total de pluralismo sob uma série de regimes semi-democráticos ou não democráticos no território da República Checa. A terceira fase, durante a qual o Partido Comunista exerceu o monopólio virtual do poder, durou de 1948 a 1989. A quarta fase começou em novembro de 1989 e é a fase vigente até o presente. Este período pode ser dividido em duas subfases: a transição (até as eleições de 1996) e a consolidação (desde então).

No sistema partidário checo só existe uma continuidade limitada entre a situação de depois de 1989 e a situação anterior aos anos 1938–1948. Elementos de continuidade como os partidos remanescentes da União Cristã e Democrática–Partido Popular da Checoslováquia (KDU-ČSL) ou do Partido Comunista da Boêmia e da Morávia (KSČM) são as exceções. Alguns dos partidos permaneceram, mas o sistema partidário como tal é muito diferente. A cristalização dos partidos democráticos centrais só aconteceu após 1989. O primeiro ‘teste de força’ entre partidos políticos em eleições propriamente ditas aconteceu em junho de 1990. Até esse momento, não houvera critérios confiáveis para julgar a relevância política das formações individuais. Além disso, com a exceção da óbvia divisão da segmentação (isto é, em relação à forma do regime) que separa o Partido Comunista e seus oponentes (especialmente o Fórum Cívico – OF), não havia fatores claros que sugerissem um eixo potencial de polarização ou de clivagens no sistema emergente.

A forma embrionária do sistema partidário checo foi delineada pela competição entre o OF e o KSČM. Na época, no entanto, as duas entidades passavam por desenvolvimentos internos que impediam a formação de qualquer tipo de modelo estável para o funcionamento da competição partidária checa.

Essa situação permitiu que o Fórum Cívico dominasse o cenário político em nível federal até que as primeiras eleições livres se realizassem, em 1990. As eleições foram interpretadas, de certo modo, como um plebiscito sobre o

4. Depende muito de como é visto o sistema partidário em vigor entre 1945 e 1948. Se for considerado pluralista e competitivo, pode-se dizer que representa um período específico no desenvolvimento do sistema checo de partidos. Se os desenvolvimentos do final de 1938 forem considerados uma tendência clara para a repressão do pluralismo (ainda que com intensidade variada em períodos diferentes), a etapa entre 1938 a 1948 pode ser vista como uma única fase.

antigo regime comunista. A margem decisiva e surpreendentemente ampla de vitória do OF (mais de 50% dos votos) foi um sinal claro de que a era dominada pelo conflito entre o Partido Comunista e o OF estava terminada.

No entanto, as eleições de 1990 confirmaram ao menos parcialmente a existência de outras segmentações como a divisão entre Estado e Igreja e o separatismo nacionalista. O KDU-ČSL se posicionou ao lado da divisão Igreja-Estado, por exemplo. O ator mais importante do movimento nacionalista foi o regionalista Movimento para Democracia Autônoma – Associação da Morávia e Silésia (HSD-SMS), que tentou personificar os votos de protestos dos morávios da periferia. O moravianismo motivado ética e regionalmente rapidamente esmaeceu como tema político de peso. Desde as eleições de 1996 não houve um partido relevante com orientação similar.

Para a configuração básica da estrutura de divisões relevantes, o período entre 1991 e 1992 foi decisivo. Esta fase se caracteriza por um aumento na importância da clivagem da transformação sócio-econômica. Foi acompanhada por uma consolidação gradual dos atores mais importantes da direita e esquerda checas. A importância das outras divisões foi declinando paulatinamente. Nas eleições de 1992, a segmentação sócio-econômica definiu tanto a direita (Aliança Civil Democrática – ODA, Partido Democrata Cívico – ODS, Partido Democrata Cristão – KDS, KDU-ČSL) quanto a esquerda (Movimento Cívico – OH, HSD-SMS, União Liberal-Social – LSU, Partido Checo SocialDemocrata – ČSSD, KSČM) com a única exceção do nacionalista, populista e radical Movimento para a República – Partido Republicano da Tchecoslováquia – SPRRSČ. Essa divisão foi fortalecida pela existência da coalizão de direita entre ODS, ODA e KDU-ČSL de 1992 a 1996, e veio daí a existência da oposição de esquerda e de centro-esquerda.

Graças à homogeneidade cultural da população checa, não houve outra divisão significativa nessa etapa. A consolidação da transformação sócio-econômica como linha de divisão fundamental do sistema partidário checo também promoveu o processo de integração dos partidos (isto é, opções eleitorais) na direita, que se expressa simbolicamente na fusão do ODS com o KDS, e talvez até mais na esquerda, onde o KSČM caiu no ostracismo através de um acordo informal mas consistente entre os outros partidos, enquanto o ČSSD, pró-sistema, ganhou hegemonia na esquerda política, como ficou refletido nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1996.

As eleições de 1996 confirmaram a tendência para uma maior simplificação e transparência no sistema de partidos políticos relevantes. O número de atores representados na Câmara dos Deputados foi reduzido a seis. A cam-

panha da eleição foi claramente dominada por questões econômicas e pela competição dentro do esquema direita-esquerda. O ODS reforçou os sucessos da transição, que descrevia (claro que de modo prematuro) como terminada, enquanto o ČSSD acentuava os princípios de uma economia social de mercado, da descentralização e do desenvolvimento sustentável. As eleições foram decididas entre essas duas formações. As eleições resultaram em um impasse, já que os partidos da antiga coalizão só conquistaram 99 cadeiras e os partidos sem potencial de coalizão (KSČM, SPR-RSČ) conquistaram um total de 40 cadeiras.

De 1996 a 1998, a importância da transformação sócio-econômica foi continuamente fortalecida. Todos os partidos políticos relevantes se definiram de modo claro e inequívoco ao longo do eixo direita-esquerda. Essa divisão sócio-econômica não só foi decisiva para a competição entre os partidos como também foi um fator determinante para a identificação e preferência do eleitorado por seus representantes políticos. O eixo direita-esquerda se solidificou como o ponto mais importante e refletiu o domínio da clivagem da transformação sócio-econômica. Também se tornou o aspecto de orientação mais importante no processo de configuração da escala de valores e identificação eleitoral. O período entre 1992 e 1996 também registrou um certo desvio do eleitorado checo para a esquerda.

Uma sondagem sobre preferências eleitorais e atitudes na época mostrou uma nova dimensão que começava a surgir ao longo dessa linha que poderíamos rotular de uma contra-clivagem “axiológica” baseada nos valores dos defensores do modelo liberal, por um lado, e nos valores de atitudes político-culturais e sociais, por outro.

Embora essa divisão fosse menos importante nas etapas iniciais, sua importância foi crescendo desde o final dos anos 1990. Ao mesmo tempo, a orientação dos votantes ao longo dessa divisão correspondia de certo modo à dimensão direita-esquerda.

Esses processos, sem dúvida, também foram estimulados pela estabilização básica dos programas dos partidos políticos. Depois de 1998, nenhum dos partidos checos relevantes dependia mais do tipo de figura carismática de liderança que havia sido indispensável na fundação dessas instituições. (Václav Klaus para o ODS, Miloš Zeman para o ČSSD). Todos eles agora possuíam um programa relativamente detalhado que permitia que se fizessem distinções ideológicas claras. No entanto, isso não significa que todos os partidos estavam unificados internamente. Dentro do ODA, especificamente, havia um conflito entre os defensores de valores políticos relativamente libe-

rais e entre os defensores de valores políticos e sociais mais conservadores. Em 1997/1998, opiniões divergentes dentro da coalizão KDU-ČSL trouxeram à tona diferentes graus de boa vontade para aceitar políticas economicamente liberais.

A complexa situação de impasse após as eleições parlamentares em 1998 foi resolvida graças a um convênio entre o ČSSD e o ODS (Acordo para a Criação de Ambiente Político Estável na República Checa) – o chamado ‘Acordo de Oposição’. Estabeleceu regras para a relação entre os dois partidos políticos e permitiu a criação de um governo de minoria pelo ČSSD. No entanto, grande parte das propostas de novos mecanismos no sistema político checo que os partidos aprovaram (como mudanças na lei eleitoral) não chegaram a se concretizar.

Apesar disso, o Acordo de Oposição teve um efeito fundamental no formato da competição entre os partidos na fase de 1998 a 2002. Os partidos menores, como o União da Liberdade (US), criado a partir da divisão do ODS em 1997/1998, o KDU-ČSL, o ODA, e a União Democrática (sem nenhuma cadeira no Parlamento) formaram a chamada Coalizão Quad para as eleições senatoriais em 1998.<sup>5</sup> Sua *raison d'être* se baseava na crítica da constelação criada pelo Acordo de Oposição, que era retratado como um cínico acordo de cartel que pretendia limitar as instituições democráticas da República Checa (especialmente em relação às mudanças propostas para a Constituição e para a Lei Eleitoral elaborada para fortalecer os elementos do sistema de maioria).

A situação anterior às eleições parlamentares foi típica em diversos fatores. Durante o período entre 1998 e 2002, o ODS experimentou um tipo de regeneração, superando seus problemas com financiamento suspeito e problemas pessoais relacionados com a divisão do que se tornaria o US. A eleição

5. No dia 1º de setembro de 1998, um acordo de coalizão foi assinado entre KDUČSL, US, ODA, e a União Democrática (DEU) para a formação de uma lista conjunta para as eleições ao Senado no outono de 1998. Nessa fase, os líderes dos partidos menores, Ratibor Majzlík (DEU) e Daniel Kroupa (ODA), não ocultaram que a idéia era uma fusão gradual desses atores políticos. Mais tarde, o DEU realmente se fundiu com o US. Essa não seria, porém, a forma final da coalizão Quad. No começo de 2002, a tensão cresceu entre os parceiros da coalizão em relação à dívida do ODA de 45 milhões de coroas checas. Apesar dos acordos anteriores sobre o pagamento da dívida do ODA no fim de janeiro ou no começo de fevereiro de 2002, a coalizão Quad se desintegrou. No dia 1º de fevereiro de 2002, o presidente, Karel Kühnl, renunciou ao posto de líder da virtualmente não existente coalizão Quad. KDU-ČSL e US-DEU formaram uma lista comum para a eleição da Câmara dos Deputados em 2002.

de seu presidente de longa data, Václav Klaus, como presidente da República em 2003 também ajudou a estabilizar o partido.

A forte posição do ČSSD permaneceu estável mesmo depois do carismático Miloš Zeman ser substituído por Vladimír Špidla, muito menos controverso. Sob a liderança de Under Špidla, o partido se distanciou do estilo mordaz e retórico de Zeman. Também buscou transmitir a imagem de um partido democrata-social moderno da Europa Ocidental. Ao mesmo tempo, reforçou sua retórica e o foco de seu programa para a agenda social-democrática tradicional (políticas sociais e assuntos relacionados) e, no contexto da integração da República Checa à União Européia, o partido começou gradualmente a se apresentar como uma formação que apoiava claramente esse processo.

A coalizão formada por US-DEU e por KDU-ČSL estava em uma posição mais complexa. Após os problemas do ODA e da anterior coalizão Quad, as propostas de um novo estilo político não pareceram muito críveis. A atitude positiva forte compartilhada pelos dois partidos da coalizão em relação à integração na União Européia não foi motivação suficiente para os votantes. A coalizão afundou nas eleições<sup>6</sup>. Já a posição do KSČM melhorou consideravelmente. Em uma situação onde o esquerdista ČSSD havia ficado no poder durante quatro anos, era lógico que os eleitores de esquerda insatisfeitos se desviassem para o KSČM.

No entanto, o ČSSD ganhou as eleições em 2002 e o ODS ficou em segundo lugar. O KSČM e a coalizão US-DEU e KDU-ČSL também conquistaram cadeiras no Parlamento. Essas eleições confirmaram o declínio contínuo do número de partidos relevantes. Nenhum outro grupo superou a barreira dos 5%. Além disso, só dois grupos de candidatos (a Associação De Candidatos Independentes e o Partido Verde) receberam mais de 2% dos votos, nenhuma outra formação conseguiu mais de 1%. Finalmente, um governo de coalizão liderado por Vladimír Špidla foi formado, reunindo o ČSSD e os dois partidos da coalizão. O governo obteve uma maioria muito frágil de 101 votos.

Os eventos após as eleições de 2002 trouxeram uma nova dinâmica para o sistema partidário checo, indicando tendências potencialmente identificáveis, mas a avaliação final dessas mudanças terá de esperar pelo menos até as próximas eleições parlamentares. Em setembro de 2002, um novo partido –

6. No verão de 2001, algumas sondagens mostraram a coalizão Quad recebendo o apoio de quase 30% dos votantes, mas seu resultado real em junho de 2002 foi 14,28%.

os Democratas Europeus (ED) – foi fundado pelo ex-prefeito de Praga, Jan Kasl, que anteriormente havia sido membro do ODS. O objetivo declarado de Kasl era abrir uma confiável nova alternativa ao ODS na direita. O partido se estabeleceu com sucesso relativo nas eleições de novembro para a Câmara de Vereadores da cidade de Praga e começou a construir uma estrutura nacional. Saiu-se bem nas eleições para o Parlamento Europeu em 2004, quando se apresentou com uma formação declaradamente pró-Europa. Para as ‘Eleições Europeias’, concorreu junto com a Associação de Independentes e o grupo conquistou 11% dos votos.<sup>7</sup>

Sua participação no governo junto aos Social-democratas após as eleições de 2002 desencadeou uma longa crise interna na US-DEU. A presidente, Hana Marvanová, pediu demissão como forma de protesto contra os acordos políticos que o partido foi forçado a aceitar para ser parte da coalizão. A crise prejudicou o trabalho do partido no Senado e teve um efeito particularmente negativo sobre as eleições municipais no outono de 2002. Em janeiro de 2003, Petr Mareš se elegeu presidente com a tarefa de estabilizar a posição do partido. US-DEU tentou revitalizar seu programa apresentando-se como uma formação claramente liberal (com um grupo de documentos batizado de Agenda 21), mas foi em vão. A US-DEU, concorrendo em cooperação com o ODA, o LiRA e o Cesta změny (Caminho de Mudança) na União dos Democratas Liberais fracassou nas eleições para o Parlamento Europeu e só conquistou 1,69% dos votos. Como consequência disso, Mareš foi substituído por Pavel Němec como cabeça do partido em junho de 2004, mas a queda livre do partido continuou.

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu foram mais positivos para a direita checa. O ODS venceu com 30% dos votos, enquanto o KDU-ČSL manteve sua posição com 9,6%; só o US-DEU afundou. O KSČM também se saiu bem (20,3%) e ficou em segundo lugar, atrás do ODS. O ČSSD, porém, sofreu uma debacle, conseguindo apenas 8,8% dos votos.

Depois de sua fraca participação nas ‘Euro-eleições’, o ČSSD passou por uma crise interna que teve como resultado a renúncia de Vladimír Špidla como chefe do Governo e do partido. A liderança do partido foi assumida por

7. A participação foi muito baixa, 28,32%. Em janeiro de 2006, o SNK e o ED se fundiram, formando o SNK Democratas Europeus. O líder deste partido de orientação liberal é Jana Hybáčková. Nas eleições parlamentares de 2006, esse partido conquistou apenas 2,08% dos votos.

Stanislav Gross, que se tornou primeiro-ministro em 26 de julho de 2004. A coalizão entre o ČSSD, o KDU-ČSL e o US-DEU foi preservada. No começo, Gross obteve um relativo sucesso e conseguiu impedir a queda do ČSSD nas eleições. Sua abordagem pragmática, porém, se chocou com a oposição da ala esquerda interna, representada principalmente por Zdeněk Škromach, que disputou com Gross a liderança do partido. Durante as conferências regionais, ficou claro que a maioria apoiava Gross. No entanto, sua posição ficou abalada no começo de 2005 em função do financiamento obscuro de seu apartamento e dos negócios da mulher dele. O caso cresceu até se tornar uma crise governamental, e o presidente do KDU-ČSL Miroslav Kalousek exigiu a renúncia de Gross, mesmo mantendo a coalizão, e Gross exigiu a renúncia dos ministros do KDU-ČSL. A crise se resolveu quando o arrojado Jiří Paroubek (ČSSD) assumiu o cargo de primeiro-ministro. A coalizão governante continuou existindo, mas passou a trabalhar mais e mais com o KSČM no Parlamento.

A campanha das eleições de 2006 divergiu do padrão usual. Por um lado, foi conduzida profissionalmente, com a aplicação bem sucedida de elementos de marketing político. Por outro, sinalizou a bipolarização da opinião pública checa. Como os resultados demonstram, a campanha foi efetivamente um duelo entre os dois partidos mais fortes, o ČSSD à esquerda e o ODS à direita. Os dois partidos aumentaram sua porcentagem de votos. Outras cadeiras do Parlamento foram conquistadas pelo KSČM e pelo KDU-ČSL. O Partido Verde conquistou cadeiras pela primeira vez, um reflexo da demanda crescente de parte do eleitorado por valores pós-materialistas. O resultado das eleições, porém, criou um impasse entre a esquerda (ČSSD e KSČM) e a direita (junto com os Verdes) que conquistaram 100 cadeiras cada uma.

As negociações de coalizões pós-eleições foram levadas a cabo pelo líder do vitorioso ODS, Mirek Topolánek, que se dirigiu primeiro aos Democratas Cristãos e aos Verdes. Seu objetivo era criar uma coalizão tripartite. Porém, em função do empate nos resultados das eleições, tornou-se necessário iniciar conversações sobre o apoio do Governo com os Democratas Sociais de Jiří Paroubek. Os comunistas foram totalmente excluídos das negociações. Qualquer movimento em direção à criação de um governo funcional dependia da postura do ČSSD. O líder dos Social-Democratas rejeitou propostas de maior participação no partido ao formar um governo liderado por Topolánek. Durante vários meses de reuniões, não se chegou a nenhum consenso entre os partidos democráticos. Finalmente, no dia 4 de setembro de 2006, o presidente designou Mirek Topolánek como chefe de um gabinete minoritário for-

mado pelo ODS e alguns independentes. De acordo com a Constituição, o Governo requer um voto de confiança da Câmara dos Deputados em até 30 dias após sua nomeação. Perdeu o voto no começo de outubro.

Com a aproximação de eleições municipais e no Senado, o presidente adiou a nomeação de um novo primeiro-ministro. As eleições locais e o primeiro turno das eleições ao Senado foram realizadas em 20–21 de outubro de 2006; o segundo turno aconteceu uma semana depois. O resultado confirmou o ODS como o partido mais forte, e o presidente decidiu, no dia 8 de novembro de 2006, encarregar novamente a Mirek Topolánek a formação de um gabinete. Uma coalizão entre ODS, KDU-ČSL e os Verdes se reuniram e o governo obteve então o voto de confiança em janeiro de 2007.

A partir de agosto de 2006, 84 partidos políticos foram sendo registrados na República Checa, oito dos quais não estão mais ativos. Além disso, 42 movimentos políticos foram registrados, sendo que dois deles não estão mais ativos. Apenas cinco dos partidos podem ser considerados partidos políticos significativos atualmente (ver a tabela 1). Para detalhes adicionais, incluímos uma descrição da União da Liberdade, que perdeu sua relevância após as eleições de 2006.

O Partido Comunista da Boêmia e da Morávia KSČM foi fundado originalmente em 1921 como Partido Comunista da Checoslováquia, quando a ala revolucionária esquerda do Partido Social-Democrata se separou. Originalmente na periferia política, chegou ao poder durante a Frente Nacional (1945–1948); entre 1948 e 1989 foi o Partido-Estado do regime do real socialismo. O atual KSČM foi fundado no dia 21 de dezembro de 1989. Estabeleceu-se como contraparte do Partido Comunista da Eslováquia. No dia 7 de abril de 1992, o KSČ deixou de existir como uma federação do KSČM e do KSS. Apesar de algumas tentativas de reforma no começo dos anos 1990, o partido continua sendo um Partido Comunista relativamente ortodoxo dentro do contexto centro-europeu, resistente às tendências reformistas.<sup>8</sup>

Assim, permanece na oposição desde 1989, e um acordo informal para deixá-lo no ostracismo vem sendo seguido.

8. Como o processo de reforma do KSČM foi bloqueado, vários grupos paulatinamente se desligaram. O Fórum Democrático Checoslovaco, o Partido Trabalhista Democrático, o Partido da Esquerda Democrática e o Bloco da Esquerda foram criados nessa situação. Além disso, havia a nova União do Povo da Salvação Nacional e Social, de tendência neostalinista, que se rebatizou KSâ in 1999.

A rejeição do partido à reforma se reflete no seu programa. O KSČM promove ideais comunistas enquanto declara seu apoio à democracia parlamentarista e reconhece o desprezo pelos ideais comunistas durante a era do real socialismo. O objetivo das atividades do partido é ‘a construção de uma sociedade socialista moderna’, que o partido define como uma sociedade democrática, autônoma, pluralista econômica e politicamente, próspera e socialmente justa.’ Em sua retórica, o KSČM enfatiza questões sociais e se apresenta como um partido que defende os interesses dos menos privilegiados socialmente. Declara a necessidade do pluralismo nas formas de posse das propriedades, enquanto defende um setor estatal amplo. Frequentemente critica os supostamente crescentes índices de criminalidade, e se apresenta como um partido da ‘ordem’. Declara seu apoio à expansão do alcance da democracia direta. Na política internacional, se opõe à permanência checa na OTAN e assume postura negativa em relação à União Européia.

O Partido Social-Democrata original foi fundado dentro do contexto do Partido Pan-austriaco, de 1874. Quatro anos depois, o partido social-democrata checoslovaco foi fundado. Em 1918, os social-democratas checos e eslovacos se fundiram, criando o Partido Social Trabalhista Checoslovaco. O partido foi restaurado em 1945, mas só na parte checa, como Partido Social Democrático Checoslovaco. Em junho de 1948, o ČSSD foi forçosamente absorvido pelo KSČ e continuou suas atividades no exílio. Exceto por tentativas de restabelecer o Partido Social Democrático em 1968, não renovou suas atividades até o dia 19 novembro de 1989. Depois de solucionar disputas entre vários grupos, o ČSSD se consolidou em seu congresso interno em 1990. Em 1991, fundiu-se com o Obroda (Renovação), composto por antigos membros do KSČ que haviam sido expulsos após 1968. Em 1993, o ČSSD foi rebatizado como Partido Social-democrata Checo e elegeu Miloš Zeman como líder. Ele gradualmente fez com que o partido deixasse de ser uma formação marginal para se tornar um bem-sucedido partido da ala esquerda que alcançou a hegemonia do sistema esquerdista. O ČSSD foi o partido da situação entre 1998 e 2006.

Na República Checa, o ČSSD representa um moderno partido social-democrata, com uma orientação similar a de seus equivalentes ocidentais europeus, social-democratas e socialistas e em sintonia com sua filiação às organizações partidárias internacionais européias. O ČSSD proclama os princípios de ‘liberdade, democracia, justiça social, solidariedade e responsabilidade ecológica, através da democracia direta e parlamentarista.’ Desde a saída de Miloš Zeman como líder do governo, o partido de certa forma suavizou

sua retórica. Promove políticas econômicas e sociais padrão e apoio à entrada da República Checa na OTAN e especialmente na UE.

O Partido Verde foi fundado em 1990 e apenas por uma pequena margem não conseguiu lugares no Parlamento naquele ano. Em 1991, fundiu-se com formações agrárias e socialistas menores, criando a União Social Liberal, que conquistou cadeiras no Parlamento em 1992. No entanto, perderia sua representação parlamentar em 1995, quando seu presidente e único representante no Parlamento passou para o ČSSD. Em 1996, o partido não apresentou a taxa de registro para a eleição e nas eleições seguintes conseguiu apenas 1,12% em 1998 e 2,36% dos votos em 2002. Durante os anos 1990, o partido teve sérios problemas, a base interna estava fragmentada e havia disputas internas entre os defensores de diferentes ortodoxias ecológicas. Somente em 2005, quando o experiente político Martin Bursík (antigo membro do OF, do OH, e do KDU-ČSL) se tornou líder, o partido conseguiu se consolidar internamente. Nas eleições ao Parlamento de 2006, o Partido Verde conquistou várias cadeiras. O perfil político desse partido é similar ao de suas contrapartes da Europa Ocidental; os Verdes checos também se concentram em temas pós-materialistas. Em função das circunstâncias especiais das eleições de 2006, eles preferiram trabalhar com o ODS e o KDUČSL e não com o ČSSD.

Em 1919, foi fundado o Partido do Povo Checoslovaco, integrando vários partidos cristãos e cristãos socialistas da Boêmia e da Morávia. Os primeiros esforços para criar um partido de orientação cristã datam de 1896, quando a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, serviu como poderoso estímulo. O ČSL se estabeleceu como partido de peso durante a era da Primeira República e manteve seu status entre 1945 e 1948. Depois, permaneceu como partido ativo durante a Frente Nacional. Ao mesmo tempo, houve também um ČSL paralelo no exílio. No final dos anos 1980, um forte grupo de saudosistas emergiu no ČSL. Em 1990, o ČSL cooperou com o Partido Democrata Cristão (KDS) e com outros organismos em uma coalizão para a eleição, chamada União Cristã e Democrática. O KDU desmoronou em 1991 e foi substituído pelo movimento KDU, que se fundiu com o ČSL na primavera de 1992. O partido usa seu nome atual desde então (registrado no dia 2 de abril de 1992). De 1992 a 1998, o partido foi dirigido por Josef Lux. Esse foi o período mais bem sucedido para o partido após 1989. O KDU-ČSL mais tarde passou a fazer parte da Coalizão Quad. Desde 2002, opera de modo independente e faz parte das coalizões do governo com o ODS e o ČSSD.

O programa do partido proclama seus alicerces cristãos, mas formalmente o partido se define como não confessional, embora muitos de seus membros sejam ativos na Igreja Católica. Em termos políticos, se distingue do liberalismo e da democracia social. Seu modelo preferencial é uma economia social de mercado, embora a posição da KDU-ČSL em questões econômicas seja relativamente flexível – e não totalmente unificado internamente. Uma característica que define a KDU-ČSL é sua ênfase no apoio à comunidade e à família. Compartilha as perspectivas de outras estruturas democratas cristãs na Europa (Partido Europeu do Povo), e suas posições na OTAN e na EU refletem isso.

A União da Liberdade (US) se iniciou no começo de 1998 como produto dos conflitos dentro do ODS em 1997 e 1998. O partido foi registrado em 22 de janeiro de 1998 e foi capaz de atrair não apenas membros antigos do ODS, mas também um número de pessoas que anteriormente não estavam envolvidas com políticas partidárias, assim como membros de partidos menores da ala direita, como o ODA. No dia 1º de janeiro de 2002, o US se fundiu com o pequeno União Democrática, (DEU) formando um partido chamado União de Liberdade- União Democrática (US-DEU). Atualmente, o partido usa o nome mais curto de União. O US e depois o US-DEU participaram ativamente da coalizão Quad, e sua sucessora, a coalizão US-DEU e KDU-ČSL, se dissolveu depois de perder as eleições de 2002. Desde então, tornou-se um partido marginal.

Em seu programa, o partido originalmente assumiu diversos conceitos do ODS e tentou se apresentar como uma formação de tendência liberal que representava principalmente a classe média. Enfatizava a responsabilidade dos “cidadãos” por seu próprio bem-estar. Elaborava vagamente termos como ‘sociedade de informação’ ou ‘a nova economia’. Na área de política externa, o partido é muito pró-Atlântico e pró-europeu.

O ODS foi fundado como um dos partidos sucessores do OF. Aglutinou-se ao redor do ex-presidente do OF, Václav Klaus, que defendia a mudança do OF, de um movimento amplo para um partido político clássico de tendência direitista. A transformação do OF fracassou e ele se desmantelou em fevereiro de 1991. O congresso fundador do ODS foi realizado em 20–21 de abril de 1991. Desde o começo o ODS tentou absorver os partidos menores da direita checa. Em 1992, formou uma coalizão eleitoral com o KDS, e em março de 1996, o KDS se integrou ao ODS. Uma facção minoritária do KDS passou para o KDU-ČSL. Em 1997 e 1998, o partido experimentou uma crise causada pelo financiamento obscuro que desencadeou um

conflito interno cuja conseqüência foi a divisão do US e logo levou à queda do governo de Klaus. Do ponto de vista do ODS, a crise se resolveu no congresso do partido, realizado em Poděbrady em dezembro de 1998, em que Klaus foi bem sucedido na defesa de sua liderança. Após as eleições de 1998, o partido assinou o Acordo de Oposição com o ČSSD. Desde 2002, tem feito oposição padrão. Em novembro de 2002, Mirek Topolánek substituiu Klaus como líder do partido.

O programa do ODS combina elementos liberais e conservadores. O ODS se auto-proclama um partido 'de cidadãos capacitados, empreendedores e auto-confiantes que são capazes de assumir a responsabilidade por eles mesmos, suas famílias, suas comunidades e seu país. Apóia a privatização e enfatiza a propriedade privada e o livre comércio. Tem uma atitude reservada em relação à integração européia (o chamado euro-realismo), mas apóia firmemente os laços atlânticos da República Checa, especialmente a participação na OTAN. Embora o programa do ODS seja bem definido ideologicamente, suas políticas na prática, especialmente na era Klaus, incluem um forte componente pragmático.

A Tabela 1 dá uma visão geral dos partidos atualmente relevantes, sua ideologia e a estrutura de seu eleitorado.

### III. PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR

O mandato dos deputados está unido à pessoa eleita, não à lista do partido, segundo o artigo 26 da Constituição checa. Naturalmente, isso não significa que os deputados possam exercer suas atividades sem ter laço algum com seus partidos políticos ou suas facções no Parlamento. Mas se um deputado sai do partido, não perde o mandato e o mesmo acontece se o partido se fragmenta: os deputados não perdem os mandatos. A mesma cláusula de liberdade de mandato se aplica à Câmara dos Deputados, ao Senado e às Assembléias Legislativas.

Os partidos representados no Parlamento se organizam em grupos, os chamados "clubes". Esses grupos são estabelecidos de acordo com os partidos representados no Parlamento. Na Câmara de deputados, qualquer partido representado por ao menos três deputados pode formar um grupo. Os grupos também podem ser formados durante o mandato de uma Câmara de Deputados por pelo menos 10 deputados desligados de outro grupo ou grupos. Esses novos grupos, porém, não recebem o suporte financeiro institucional destinado aos grupos que se formam como resultado das eleições parla-

mentares. A praxe no Senado checo é ainda mais liberal. Os grupos se estabelecem através de pelo menos cinco senadores e são sempre financiados institucionalmente.

A coesão dos grupos parlamentares costuma ser relativamente forte no caso checo. A situação era diferente antes de 1996, mas após as eleições de 1996, os grupos da Câmara de Deputados começaram a ter coerência. Apenas pequenos números de deputados passavam de um grupo para outro ou permaneciam fora de todas as facções.<sup>9</sup> Após as últimas eleições em 2006, dois deputados social-democratas deixaram o grupo. A coesão parlamentar dos grupos também fica evidente durante as votações.

### IV. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL E TOMADA DE DECISÕES

Em relação à base de membros, os partidos políticos checos podem ser caracterizados como equipes pouco profissionais que se aproximam das características organizacionais de um cartel e não aprovam a militância de massas. No entanto, dois dos partidos, o KDU-ČSL e o KSČM, são exceções, ambos apresentam uma continuidade desde a era anterior a 1989. São apoiados por uma tradição de estruturas organizacionais locais e uma ampla militância de base com uma idade média significativamente mais alta que a dos outros partidos relevantes. O The KSČM tem aproximadamente 100.000 membros atualmente. No final dos anos 1990, o KDU-ČSL tinha aproximadamente 60.000 e hoje tem cerca de 45.000. A base do ODS e do ČSSD é menos numerosa, mas bastante estável com uma ampla rede de organizações locais. O ČSSD tem cerca de 16.500 membros. O ODS tem uma militância maior, que corresponde a uma posição melhor nas políticas locais e comunitárias (aproximadamente 26.000 filiados). E, finalmente, o Partido Verde tem ao redor de 1.000 membros.<sup>10</sup>

Com a exceção dos Verdes, todos os partidos políticos checos significativos estão relativamente consolidados, do ponto de vista interno. Até o começo da presidência de Bursík, os Verdes estavam arruinados por confusões organizacionais e infestados de disputas entre radicais ambientalistas (Potočka,

9. Mudanças mais complexas aconteceram apenas em dezembro de 1997. O grupo do ODS se dividiu e uma nova facção do então recentemente fundado União da Liberdade foi estabelecida. Um terço dos antigos deputados do ODS migraram para o novo grupo.

10. Os números de filiados são estimativas baseadas em informações fornecidas pelos próprios partidos.

Beránek) e a ala moderada. A situação era ainda mais complicada em função da extrema autonomia dos níveis mais baixos. Os estatutos do partido, de 2003, o aproximam mais de um arcabouço organizacional. Os partidos políticos checos são guiados pelo princípio da democracia interna. O centralismo mais inflexível é praticado pelo KSČM, embora os outros partidos também sejam relativamente centralizadores. No caso do KDU-ČSL, a existência de uma ala checa e de uma ala morávia mais conservadora e tradicionalista exerce um papel importante. Dentro do ODS, as elites regionais do partido têm uma posição relativamente forte, que se reflete na posição muito forte do ODS na política regional (no presente, 12 dos 13 presidentes regionais são do ODS, inclusive o prefeito de Praga). No sistema partidário checo, as figuras políticas carismáticas são mais importantes no contexto da mobilização eleitoral que nos assuntos cotidianos. Só o Partido Verde funcionaria de modo diferente. Os partidos políticos não influenciam diretamente o mercado de meios de comunicação, eles publicam apenas publicações periódicas com objetivos internos. Todas as tentativas de estabelecer jornais regionais ou nacionais conectados diretamente aos partidos políticos falharam. A exceção é o KSČM, que publica o diário *Halo noviny*.

Os estatutos atuais do ODS foram adotados em 2003. Estabelecem uma estrutura organizacional de quatro níveis, em concordância com os níveis local, distrital, regional e nacional. O órgão mais alto do partido é o congresso, que se reúne pelo menos uma vez a cada dois anos. Abaixo disso está o conselho executivo, encabeçado pelo presidente do partido, que dirige o partido entre os congressos. O regulamento do ODS afirma que “nenhum membro do ODS que não atenda aos requisitos da lei número 451/1991 (a chamada ‘lei da lustração’) pode ocupar alguma função dentro do ODS”.

O KDU-ČSL também tem uma estrutura em quatro níveis (local, distrital, regional, nacional). No âmbito nacional, existe um congresso, uma conferência nacional, um comitê nacional, um comitê executivo e uma comissão de revisão. O órgão estatutário do partido é o comitê executivo, encabeçado pelo presidente. O congresso se reúne a cada dois anos.

O ČSSD também funciona com uma estrutura organizacional de quatro níveis: – local, distrital, regional e nacional. No âmbito nacional, o organismo mais importante é o congresso. Entre os congressos, o comitê executivo central e a presidência do partido administram os problemas e também se realiza uma conferência extraordinária, que pode ser convocada pelo comitê executivo central para lidar com questões urgentes. Ao contrário dos outros partidos, o ČSSD segue cotas que garantem pelo menos 25% de participação

feminina e 10% de representação de membros menores de 30 anos nos comitês executivos regionais e no nacional.

Os estatutos do KSČM são muito elaborados e detalhados. O partido tem uma estrutura em quatro níveis, as organizações locais são organizadas em distritos e acima deles estão os órgãos regionais e nacionais. O organismo mais elevado do partido é o congresso e entre congressos quem dirige o partido é seu comitê executivo. O KSČM também permite referendos internos, porém a tomada de decisão acontece de modo muito centralizado.

Os Verdes têm uma estrutura organizada em três níveis: organizações locais, organizações regionais e o nível nacional. Nas cidades, as organizações locais podem formar um nível intermediário chamado organização municipal. As instituições centrais do partido são os congressos realizados a cada dois anos; entre congressos, o organismo responsável é o conselho republicano, formado pelo comitê executivo, membros do Parlamento e senadores, representantes do Parlamento Europeu, representantes das conferências regionais e 30 membros eleitos pelo congresso. As atividades políticas do partido são administradas pelo comitê executivo eleito pelo congresso.

O ODS é o único partido sem organizações filiadas. Os Verdes têm uma organização filiada a eles, os Jovens Verdes, com quem cooperam de modo informal na defesa de iniciativas com objetivo ecológico. O KDU-ČSL e o ČSSD também têm suas organizações de jovens, o *Juniorclub* Democrata Cristão e a organização social-democrata Jovens Social-democratas, embora essas organizações sejam formalmente independentes. As Mulheres Social-democratas, o Clube de Seniores e outras organizações também colaboram com o ČSSD. O KSČM tem uma ampla rede de organizações filiadas. Além da Liga Comunista Jovem, também existe o Clube de Esquerda de Mulheres e outras associações (economistas, sociólogos, anti-fascistas etc.). A pequena Associação Trabalhista da Boêmia, Moravia e Silésia também é filiada ao KSČM.

## V. AVALIAÇÃO GERAL

Os partidos políticos exercem um papel chave e insubstituível no sistema político da República Checa. A consolidação do sistema partidário caminhou de mãos dadas com a consolidação do ambiente político como um todo, e os dois processos se influenciaram mutuamente. Pode-se dizer que o sistema partidário se consolidou no final dos anos 1990 após a fase de transição da formação dos modernos partidos políticos. Mesmo depois de mudan-

ças significativas em alguns dos atores de peso, a fórmula básica do sistema partidário se manteve. O formato desse sistema checo, com seus cinco partidos importantes, corresponde a um pluralismo limitado. No entanto, o sistema inclui como ator relevante o KSČM, representando, em muitos aspectos um elemento anti-sistêmico que é repellido por acordo mútuo. Enquanto isso, a distância ideológica entre os pólos principais, o ODS e o ČSSD, é significativa e continua crescendo – ou pelo menos não diminui. O modelo checo, porém, não pode ser classificado como um pluralismo polarizado. Mesmo durante o período em que as cadeiras no Parlamento eram ocupadas pela direita anti-sistema (SPR-RSČ) e pela esquerda anti-sistema (KSČM), essas formações não eram capazes de ganhar hegemonia dentro da oposição política. Pode ser dito que o sistema partidário checo não possui ainda uma fórmula confiável para reunir coalizões governamentais. Ainda assim, o sistema está relativamente consolidado se comparado com o de outros países centro-europeus, já que seus atores principais se aglutinaram durante o período inicial de desenvolvimento do sistema. Desse modo, a base eleitoral dos partidos individuais também está estabilizada.

Durante os anos 1990, os partidos passaram por um período de aprendizagem que estabilizou seus mecanismos partidários internos. Ao fazer isso, se aproximaram dos modelos europeus ocidentais de funcionamento de partidos políticos. Isso também fica evidente nos programas políticos: todos os partidos relevantes podem ser comparados com seus partidos afins da Europa Ocidental, como foi feito por Klaus von Beyme, por exemplo (Beyme 1982). O ODS é uma formação conservadora, os social-democratas pertencem à família dos partidos trabalhistas, o KDU-ČSL é um partido democrata-cristão, os Verdes são uma formação ecológica e o KSČM se enquadra com os comunistas. Na área de campanhas eleitorais, o sistema partidário checo também se profissionalizou com êxito durante os anos 1990.

As eleições de 2006, especificamente, foram um modelo de campanha de marketing profissional ocidental.

Persistem alguns fatores, no entanto, que complicam as posições dos partidos como canais de representação política. O estado da cultura política checa ainda exhibe certas características do período de transformação (especialmente o comportamento de alguns políticos). Os partidos da República Checa são, com a exceção das formações de militância de massa do KSČM e parcialmente do KDU-ČSL, mais parecidos a cartéis partidários com bases de militância relativamente limitada. Mais de 13 anos após a criação de uma República Checa independente, seu sistema partidário pode ser descrito como

consolidado. A grande maioria dos elementos problemáticos, porém, não são mais resultado de políticas pós-comunistas, mas são questões que precisam ser enfrentadas por democracias maduras também: o declínio das formas tradicionais de participação política, a personalização da política, a questão da maior representação feminina na política, questões relacionadas com o processo da integração europeia e a europeização da política checa em geral.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VON BEYME, Klaus (1982): *Parteien in westlichen Demokratien*, München: R. Piper Verlag.

#### LEITURAS ADICIONAIS

DEEGAN-KRAUSE, Kevin: *Elected Affinities: Democracy and Party Competition In Slovakia And The Czech Republic*, Palo Alto: Stanford University Press, 2006.

KOPECKY, Petr: *Parliaments in the Czech and Slovak Republics: Party Competition and Parliamentary Institutionalisation*, Aldershot: Ashgate, 2001.

KOSTELECKÝ, Tomas *Political Parties after Communism: Developments in East-Central Europe*, Washington DC: Woodrow Wilson Center Press, 2002.

MALÍŘ, Jirí / MAREK, Pavel (eds.) *Politické strany (Vývoj politických stran a hnutí v českých zemích a československu v letech 1861-2004); 1. díl 1861-1938, 2. díl 1938-2004, Brno: Doplněk, 2005.*

VODIČKA, Karel / CABADA, Ladislav. *Politický systém české republiky. Historie a současnost, Praha: Portál, 2003.*

BŘETISLAV DANČÁK: diretor do International Institute of Political Science e professor assistente do Department of International relations and European Studies da Faculdade de Ciências Sociais da Masaryk University.

VIT HLOUŠEK: diretor adjunto do International Institute of Political Science e professor assistente do Department of International relations and European Studies da Faculdade de Ciências Sociais da Masaryk University.